

FACTORES DE ATRACÇÃO E DE REPULSÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS DEPRIMIDOS – UMA ANÁLISE A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS JOVENS DE CACHOPO (TAVIRA)

Vanessa Duarte de Sousa

Socióloga, Assistente Convidada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade do Algarve
vsousa@ualg.pt

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural; Culturas Juvenis; Espaços Rurais Deprimidos

Resumo

Não é possível reivindicar uma unilinearidade de tendências de desenvolvimento dos espaços rurais portugueses. Se a sua sobrevivência pode depender de uma redinamização globalizante, é certo que nem todos os territórios têm iguais condições de emancipação social. Parte-se do estudo das culturas juvenis de uma freguesia da serra algarvia para procurar empreender uma análise dos factores que têm conduzido ao abandono daquele espaço rural, assim como daqueles que ainda vão permitindo alguma sustentabilidade social. Os resultados apontam para um futuro em aberto, onde é tão possível a manutenção da situação de depressão, como a emergência de um novo modelo de desenvolvimento que articule a valorização desse espaço com as necessidades emergentes dos espaços urbanos.

1. INTRODUÇÃO

Com esta apresentação procuram-se analisar as mudanças sócio-territoriais e as estratégias de fixação ou de abandono dos territórios rurais deprimidos – a partir de estudo de caso centrado nos Jovens da freguesia de Cachopo (Tavira)ⁱ.

Assim, considera-se como uma hipótese central deste trabalho que as representações dos jovens sobre o seu território assim como as suas práticas quotidianas e os seus projectos de vida são explicativos da situação de depressão que caracteriza a freguesia. Igualmente se admite que uma qualquer prospectiva territorial passará pela consideração da racionalidade dos sujeitos, em particular dos jovens destes espaços.

Aliamos a complexidade do estudo das dinâmicas de desenvolvimento dos espaços rurais à não menos fácil leitura sobre as culturas juvenis. Como nos refere o professor Machado Pais (2005), podemos analisar as culturas juvenis de duas formas: i) pela dimensão prescritiva – ou seja, um olhar centrado na regulação social das práticas juvenis; e também ii) pela dimensão performativa – evidenciada nas expressividades próprias da individualização deste grupo enquanto categoria e construção social específica. Significa dizer que, por um lado, interessa-nos esclarecer o contexto e a forma como um dado enquadramento territorial pode justificar um conjunto de características específicas dos jovens nos espaços rurais. Por outro, teremos sempre de situar a análise sobre este grupo social que tem práticas, representações e, em geral, modos de vida claramente distintos de outras gerações.

2. ALGUMAS NOTAS METODOLÓGICASⁱⁱ

Ao nível da inquirição aos jovens, o trabalho procurou a articulação da extensividade da recolha com a intensividade na análise (categorial e tipológica). Ou seja, por um lado, procurou-se a homogeneidade na diversidade, mas por outro visou-se interpretar os significados e os sentidos dos discursos e das práticas (feito em complemento com observação directa e, nalguns casos, observação participante passiva). De referir que foram entrevistados 81 dos 107 jovens, dos 15 aos 30 anos, identificados na freguesia. A investigação segue, igualmente, um complemento entre a investigação dita tradicional e a investigação-acção. Procurou-se o entrecruzar do entendimento dos actores enquanto objectos de pesquisa, mas também como sujeitos participantes. Esta é um pesquisa que decorre de uma «encomenda social» específica, mas que procura a compreensão das dinâmicas sociais em articulação com a intervenção no sentido da mudança desejada.

Deve igualmente ressaltar-se o facto das orientações metodológicas serem um reflexo da análise prévia das dinâmicas sociais emergentes. Tal é o caso da análise dos dois grupos distintos no conjunto dos jovens identificados: o reconhecimento da existência dos jovens que são efectivamente residentes em Cachopo (chamados de residentes habituais), e dos jovens que não sendo residentes regressam com regularidade ao território de origem (que denominámos de residentes de fins-de-semana).

ⁱ Texto adaptado da dissertação para obtenção do grau de Mestre em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento (ISCTE) submetida ao tema “Desenvolvimento e Mudança nos Territórios Rurais Deprimidos: O caso dos Jovens da Freguesia de Cachopo (Tavira)”, 2006.

ⁱⁱ O trabalho de terreno foi realizado entre 2003 e 2005.

3. CACHOPO E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS REGIONAIS

A freguesia de Cachopo pertence ao concelho de Tavira e está localizada na parte central da Serra do Caldeirão. É constituída pelo núcleo principal, sede de freguesia, e por mais de duas dezenas de pequenos núcleos populacionais distribuídos pelos seus 199,2 km². Em termos de eixos viários é atravessada pela EN 124 que faz a ligação a sul para Faro e a norte para Alcoutim, e pela EN 397 que a liga à sede do município. São precisos vários quilómetros para aceder aos principais núcleos urbanos (cerca de 40 kms para Tavira e São Brás de Alportel e aproximadamente 60 kms para Faro). O percurso vai sendo feito por estradas sinuosas que acompanham a morfologia da Serra.

No nosso estudo, empreendemos uma análise sobre as dinâmicas territoriais ao nível regional, que nos permitiu concluir pela sua grande diversidade. No quadro regional, Cachopo enquadra-se na tipologia por nós denominada de “territórios rurais em situação de depressão”, sendo aqueles que se apresentam numa situação mais debilitada: em termos de regeneração demográfica, em termos de capacidade de renovação da mão-de-obra, e em termos de qualificação dos recursos humanos. Especificamente em relação a Cachopo, são de sublinhar os seguintes resultados:

- Tem o maior índice de envelhecimento e o menor índice de renovação da população em idade activa do Algarve;
- É a segunda freguesia do Algarve com maior índice de dependência de idosos e maior índice de dependência total;
- É das freguesias com menor densidade populacional;
- Revela uma estrutura de qualificação da sua população frágil e ocupa a quarta posição no conjunto das freguesias com maior taxa de analfabetismo;
- Tem igualmente taxas, de actividade geral e feminina, muito baixasⁱⁱⁱ.

4. FACTORES DE ATRACÇÃO E DE REPULSÃO DOS ESPAÇOS RURAIS

Existe um conjunto de variáveis que detêm influência sobre o abandono ou a permanência dos jovens nestes espaços. Se algumas terão um enquadramento territorial específico, outras poderão ser explicativas das mudanças que estão a ocorrer no mundo

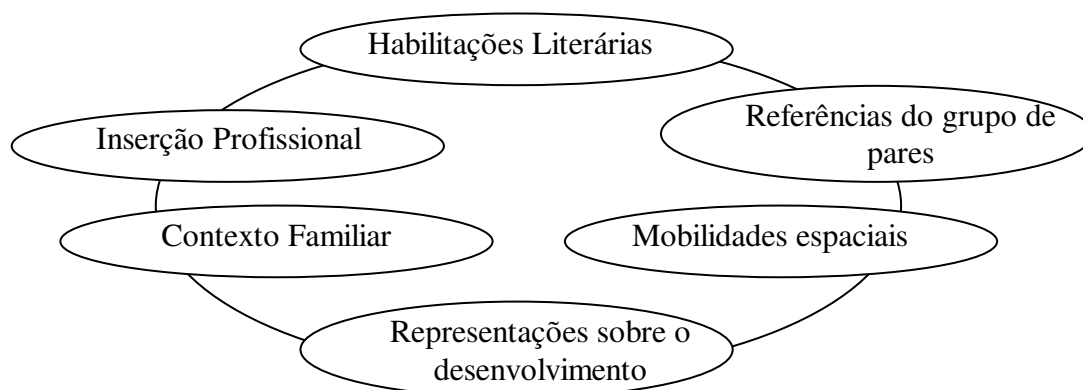


Figura 1. Dimensões explicativas da fixação ou do abandono dos espaços rurais

ⁱⁱⁱ Conjunto de indicadores calculados a partir do Recenseamento Geral da População de 2001 (INE).

rural português. O certo é que a escassez de estudos sobre o abandono dos espaços rurais, a partir do aprofundamento das racionalidades juvenis, nos leva à prudência nas conclusões e generalizações.

4.1. Um maior investimento escolar, um maior abandono do território

É bem visível o maior esforço qualificacional dos jovens por comparação com as gerações anteriores. Denota-se ainda um maior investimento na qualificação por parte das raparigas. Ao passo que mais de metade das raparigas tem uma escolaridade superior ao 3º ciclo, nos rapazes regista-se o inverso – mais de metade tem escolaridade inferior ou igual ao 3º ciclo do ensino básico. Paralelamente, mais de 15% das raparigas investiu no ensino superior, com cerca de 12% a deter o ensino superior completo. Nos rapazes pouco mais 5% acedeu ao ensino superior, tendo completado esse grau de ensino 2,6% dos jovens rapazes.

Por se tratar de um meio claramente rural, existirá um maior conservadorismo face às mulheres. A sua saída do seio familiar far-se-á ou pelo casamento ou pelo acesso a um emprego fora da freguesia. Não quer dizer que tal não aconteça nos rapazes. Esses também saem pelo trabalho que encontram noutros locais. No entanto, o acesso ao mercado de trabalho por parte destes será mais facilitado do que nas mulheres. Daí que se denote um maior investimento na qualificação por parte das raparigas do que nos rapazes. Tal significa adiar o acesso ao mercado de trabalho. Vão ficando até mais tarde à «guarda» dos pais, na expectativa de encontrarem um emprego qualificado fora da freguesia, onde sabem não o poderem encontrar.

Nos espaços rurais esta tendência de maior escolarização dos jovens pode ser entendida como um «portão de saída» do trabalho agrícola e é grande o investimento feito pelos pais para que a escolarização se faça com os melhores resultados possíveis. Traduz-se então numa expectativa dos pais por uma mobilidade social ascendente dos filhos. A luta pelas assimetrias sociais nos espaços rurais vai sendo então travada, na maior parte das vezes, pelos próprios pais que anseiam um futuro para os filhos longe da «vida dura» por que passaram (Portela, 2005: 209-213).

Alguns estudos parecem apontar para a existência de maiores fragilidades na estrutura qualificacional dos jovens de espaços rurais por comparação a outros espaços (Machado et al, 1998; Portela, 2005). No entanto, tal não parece evidenciar-se em Cachopo.

Na análise das condições de equidade no acesso ao ensino e das possibilidades de mobilidade social, pode concluir-se que os jovens da freguesia não estarão em condições tão diferenciadas do que os jovens dos espaços urbanos. Como é óbvio, tal implica um esforço adicional dos jovens deste território na medida em que, desde cedo, têm de se deslocar vários quilómetros para garantir a continuidade dos seus estudos. No entanto, apesar deste investimento escolar por parte dos jovens acaba por se verificar um paradoxo. Durante muito tempo, foi-se assinalando uma relação quase que linear e inequívoca entre qualificações (educação/ formação) e desenvolvimento^{iv}. Hoje sabe-se,

^{iv} Para maior desenvolvimento desta reflexão deve ler-se Pedroso (1998). São as abordagens do capital humano que mais impacto têm nesta aceção. Considera-se que o investimento no capital humano pode ser rentável para o desenvolvimento da economia (Healy, 1998). Daqui vale a pena recuperar o conceito de desenvolvimento humano, utilizado pela ONU, que continua a utilizar a educação como elemento central na medida dos índices de desenvolvimento à escala mundial. Se se reconhece a importância da

por um lado, que há um outro conjunto de competências que têm de ser mobilizadas para evitar a exclusão do mercado de trabalho. Por outro lado, em territórios cuja estrutura empresarial não está preparada para receber pessoal mais qualificado, a tendência é a de que as pessoas procurem outros espaços onde a inserção profissional seja adequada ao perfil de competências construídas no decurso dos processos educativos por que passaram.

Esta última situação enquadra-se na situação dos jovens de Cachopo, pelo que emerge uma relação directa entre o nível de habilitações literárias e o abandono ou permanência na freguesia. Analisando a distribuição dos jovens segundo as habilitações literárias e o tipo de residência verifica-se que há uma tendência de abandono à medida que aumenta o nível de escolarização dos jovens. Tal não significa que os jovens menos escolarizados não equacionem o abandono da freguesia. O que acontece é que muitos deles encontram uma ocupação laboral local que os vai mantendo em Cachopo. Também não se pode esquecer que, sendo as raparigas aquelas que mais investem no seu percurso escolar, haverá, no futuro, uma maior propensão de abandono por parte destas do que por parte dos rapazes.

Aqui colocam-se inevitavelmente duas hipóteses: i) o investimento escolar como *estratégia* para o abandono; ii) o abandono como *inevitável* face a um mercado local não qualificado. Por um lado, os jovens poderão estar a investir cada vez mais nas suas qualificações de forma a poderem estar preparados para o mercado de trabalho que «os espera» no litoral. Por outro lado, o abandono pode ser tomado como uma inevitabilidade face a um mercado de trabalho que não corresponde às suas expectativas profissionais. O argumento da fatalidade do abandono, pela incapacidade de resposta do mercado de trabalho local, tem vindo a ser preconizado nalgumas análises sobre os jovens destes espaços (Fragoso et al, 2004 e Machado et al, 1998). Utiliza-se, neste caso, a expressão de que face às condicionantes locais os jovens são «forçados» a abandonar o território. É nestes contextos que se vê claramente que a relação entre educação ou formação e desenvolvimento pode ser uma falácia.

Tal perspectiva acentua os factores endógenos na explicação da situação de depressão. O nosso argumento é o de que não são apenas esses factores, mas os factores exógenos que mais explicam o investimento escolar feito por estes jovens. A garantia perspectivada em termos de futuro profissional fora da freguesia é, sem dúvida, a forma dos jovens poderem vir a viver num espaço com o qual se sentem mais identificados, do qual se apropriam com facilidade, e onde podem gozar o usufruto de bens e serviços que não têm acesso na sua freguesia de origem. A dimensão simbólica associada aos espaços urbanos torna-se fundamental nas práticas de abandono do território.

4.2. Inserção Profissional – Um elemento central quer nas estratégias de permanência quer de abandono

O trabalho é uma das variáveis centrais na estruturação dos percursos juvenis. Se o acesso a esse pode ser adiado por estratégias de investimento na escolarização (Pais, 2005), a verdade é que mais tarde ou mais cedo os jovens se defrontam com os dilemas da inserção profissional. Na verdade, esse surge como o elemento central quer para o abandono quer para a permanência na freguesia. Isto porque é a partir do local de

formação/ educação para o desenvolvimento, não existe entre ambas as variáveis uma relação de causalidade directa dependendo de outros múltiplos factores de ordem estrutural ou mesmo contextual.

trabalho que se definem, em grande parte, os locais de residência.

Também não se pode esquecer que as expectativas não são construídas apenas pelos jovens, mas em grande parte são mediadas pelas experiências profissionais dos pais. Por um lado, estes jovens sabem as condições a que estão sujeitos se quiserem enveredar pela produção agro-alimentar, uma actividade que continua com importância e com potencial de emprego local. Noutras profissões locais também não vêm garantias de mobilidade social. Por outro lado, são os próprios pais que vão apoiando os filhos nestes projectos de vida fora da agricultura e fora da freguesia (Fragoso et al, 2004 e Portela, 2005).

No entanto, há outros factores associados ao trabalho igualmente ponderados. A estabilidade no emprego e as remunerações (que em poucos casos se refere como sendo mais reduzidos na freguesia do que no litoral), são outros dois factores levados em consideração no acesso ao mercado de trabalho. Destaca-se igualmente a valorização que alguns jovens dão ao encontrar trabalho adequado à sua área de formação ou que tenham prazer em desenvolver. Verifica-se então que grande parte dos jovens (43,2%) pretende trabalhar ou manter trabalho fora de Cachopo. Tal é, mais uma vez, indicativo das vontades de abandono. É preciso notar que daqueles que pretendem trabalhar ou manter trabalho em Cachopo, a sua maioria enquadra-se no perfil dos resistentes cépticos^v, ou seja, podem, por diferentes ordens de razão, optarem por outras estratégias de inserção profissional no futuro.

Apesar da taxa de actividade na população ser muito reduzida – em muito resultado do envelhecimento acentuado verificado na freguesia – os jovens manifestam valores muito elevados nesse indicador. Assim a taxa de actividade jovem registada é de 60,5%, não se distanciando desse valor a taxa de actividade jovem feminina que é de 59,5%. Tal é revelador da pressão que o trabalho exerce nestes jovens como forma de emancipação no seio familiar – isto porque o trabalho não é apenas uma fonte de rendimentos, mas igualmente uma forma de acesso a uma vida mais independente da família de origem.

Apenas dois jovens mantêm-se a trabalhar na actividade agrícola, o que demonstra a sua fraca apetência para trabalho numa actividade que, durante muitos anos, foi a fonte de subsistência local. Ainda são os pais destes jovens que mais vão usufruindo do que a terra tem para lhes dar, pese embora o façam em regime de pluriactividade (22,2% do total dos jovens da aldeia tem pais agricultores, na maior parte o pai é agricultor e a mãe doméstica).

Não é à toa que a procura de trabalho fora da aldeia se revela como um campo de oportunidades. É que esse é um campo de objectivação de uma inserção profissional tendencialmente mais qualificada do que aquela que o local pode oferecer. Como é óbvio, essa estará igualmente dependente dos níveis de habilitações escolares atingidos pelos jovens. No entanto, se compararmos a estrutura de profissões dos jovens residentes habituais com a dos jovens residentes de fins-de-semana facilmente se conclui que os primeiros tendem a exercer profissões com menor nível de qualificação profissional – mais do que o perfil da procura, estará aqui em causa o próprio perfil da oferta de emprego local.

^v Tratam-se de jovens que sendo residentes habituais equacionam a possibilidade de abandono futuro da freguesia. A análise desta tipologia será empreendida na conclusão.

4.3. O contexto familiar como factor estabilizador do contexto residencial

O contexto familiar ajuda-nos, por um lado, a aprofundar a análise sobre a estrutura juvenil e, por outro, a explicar o abandono da freguesia. O estado civil dos jovens é uma outra variável com influência na opção sobre o percurso residencial. Se para os jovens solteiros essa opção pode estar muito condicionada pelas diferentes variáveis em análise, para os jovens casados a sua situação residencial actual tenderá a manter-se nos próximos anos. Dos 17 jovens casados ou que vivem em união de facto, 11 são residentes de fim-de-semana. É bastante provável que apenas os 6 jovens casados que residem habitualmente em Cachopo sejam dos poucos para os quais se pode perspectivar, com algum grau de certeza, a permanência em Cachopo. Não quer dizer que os casais não possam efectivar outro tipo de mobilidades residenciais – ou de retorno ou de abandono – no entanto, essas serão tendencialmente menos prováveis. Essas já não dependerão, em exclusivo, das opções individuais, mas das estratégias do colectivo que é a família.

A análise da distribuição dos jovens segundo o estado civil, tipo de residência e situação face ao trabalho, permite-nos refinar a compreensão da importância que estas variáveis têm nas opções residenciais dos jovens. Assim, todos os jovens que são casados ou vivem em união de facto trabalham – factores que apontam para a perpetuação da situação residencial actual. Em contrapartida, dos residentes habituais solteiros, a maioria que persiste na freguesia não trabalha – pelo que será a sua inserção no mercado de trabalho eventualmente aliada ao casamento/ união de facto que marcará o seu futuro residencial.

Nos jovens solteiros residentes de fim-de-semana a maioria trabalha. Desses, poucos ou nenhuns serão aqueles que regressarão à freguesia. O atractivo em termos de mercado de trabalho local é muito reduzido para que possam regressar. Mesmo que venham a contrair casamento ou a viver em união de facto com um(a) jovem local, o mais provável é que se atraia esse(a) jovem para fora da freguesia. Dos jovens solteiros, residentes de fins-de-semana, que não trabalham são todos estudantes (7 jovens), nos quais se encontram 4 que residem fora com os pais, pelo que dificilmente virão viver para a freguesia de origem dos seus pais. Restam assim apenas 3 jovens que nunca trabalharam que podem regressar à freguesia de Cachopo.

É a família o elo de ligação à aldeia e quando essa deixar de existir então deixarão de se verificar os fluxos de fins-de-semana que se registam actualmente. Alguns jovens referem que esse regresso constante à aldeia se justifica em muito pela presença dos pais e de outros familiares, assim como dos próprios amigos.

Se alguns jovens associam o namoro à permanência na freguesia – nalguns casos, tratam-se de namoros locais pelo que os jovens não ponderam um abandono da freguesia, noutros casos, tratam-se de jovens que consideram que um namoro os faria ficar a viver em Cachopo. Verificou-se que a situação conjugal é realmente determinante no projecto de vida futura dos jovens. A terem relações amorosas locais, então tal será mais propício à fixação desses jovens, ou, pelo menos, à manutenção destes fluxos de fim-de-semana. É bastante interessante verificar que alguns jovens referem que o futuro na aldeia poderá passar pelas opções de «um futuro marido» ou de «uma futura mulher». Esta importância associada ao casamento, não é, no entanto, uma característica generalizada às culturas juvenis actuais. Este continua a ser assumido localmente como uma fase na autonomização individual.

Sem dúvida que as redes de amizade e os compromissos amorosos locais podem ser um dos elementos de fixação ou de permanência regular dos jovens na freguesia, pela importância que esses têm no conjunto dos jovens entrevistados. No entanto, se nesses novos casais ambos os membros quiserem abandonar a freguesia, então a tendência será para que essa situação se mantenha. Como é óbvio o inverso é verdadeiro, mas essa situação emerge como sendo mais verosímil a partir dos dados que evidenciam uma tendência para que o abandono seja uma situação frequente entre os jovens da freguesia.

4.4. De movimentos pendulares entre o rural e o urbano a uma objectivação do abandono

A sociedade ocidental actual depara-se com o que denominamos de paradoxo da mobilidade espacio-temporal. Como é óbvio, a complexidade dos sistemas sociais comporta uma heterogeneidade que não se coaduna com generalizações. Essa é uma conclusão que deriva da análise dos processos de reorganização territorial em curso à escala global.

Por um lado, a maioria dos indivíduos anseia por dispor do máximo de bens e serviços à mínima distância de espaço e tempo. Essa distância vai sendo, no entanto, mediada pela posição que ocupam no seio da estrutura social. Mas é também essa distância que vai sendo marcante na reprodução de mecanismos de exclusão social. Numa lógica racional de análise de custo-benefício, a apropriação espacial é diferente em função das capacidades individuais de mobilização de recursos. Sem dúvida que os recursos materiais ocupam aqui um lugar determinante, quando se vive numa sociedade em que o capital económico é fulcral no acesso a esses bens e serviços.

Tornando-se o tempo numa variável central no quotidiano dos indivíduos, tudo é gerido de modo a que esse seja rentabilizado. Uma das formas de rentabilização desse tempo passa por uma escolha residencial de proximidade a espaços onde sejam satisfeitas as suas necessidades. Estas não são somente necessidades de carácter básico associadas à subsistência do ser humano, mas cada vez mais de natureza imaterial. A necessidade de usufruto de bens e equipamentos de cultura e lazer é disso exemplo. A centralidade que o tempo disponível para o «não trabalho»^{vi} vai ocupando, faz com que se procurem diferentes estratégias para que esse tenha a maior duração possível. Tudo é feito para encurtar distâncias espacio-temporais na gestão do quotidiano.

Queremos então ter tudo mais perto, mas podermos ir cada vez para mais longe! Estão aqui claramente presentes características centrais do homem «moderno»: consumidor e individualista. Os espaços rurais são espaços de produção, enquanto que as zonas urbanas, em particular as cidades, são sobretudo espaços de consumo. Para o homem moderno consumidor as cidades são os espaços, por excelência, de inserção. Os jovens acabam, então, por ser aqueles que melhor se vão apropriando destas características da modernidade. “O que hoje em dia temos é, pois, uma juventude à margem da esfera produtiva. E, no entanto, o que verificamos é que, de maneira nenhuma, os jovens se encontram à margem da esfera de consumo.” (Pais, 2005:5). O rural como o conhecemos e como se tem vindo a desenvolver não dá resposta às novas necessidades que vão emergindo.

^{vi} Termo que utilizamos para referir a todo o tempo de lazer e o tempo disponibilizado para família e amigos. Exclui-se desta aceção o tempo para actividades domésticas.

Liliane Voyé e Jean Rémi (1994) procuram demonstrar a importância da mobilidade na transformação dos espaços. Jenkins (1983, cit. in Bastos, 1993:106), na mesma linha de ideias, demonstra como a introdução de uma estrada foi determinante na mudança nos modos de vida de uma aldeia da Serra de Monchique. “As estradas romperam isolamentos e a televisão padronizou comportamentos” (Baptista, 2003:61).

Cada vez mais os espaços são abertos a influências do exterior. O fechamento que caracterizava as sociedades rurais tradicionais há muito que se vem esbatendo. Seja através de trocas comerciais, seja através do acesso a bens e serviços, ou pelo acesso a um emprego ou mesmo à educação, as mobilidades espaciais são centrais no quotidiano dos indivíduos. A partir do momento em que essas se tendem a acentuar reforça-se a mudança social. Uma mudança que não é apenas visível nos espaços rurais, e que tem vindo a conduzir a perdas populacionais significativas, mas uma mudança igualmente visível nos espaços urbanos, nem sempre preparados para receber as «massas populacionais» que chegam expectantes por melhores condições de vida.

Relativamente aos espaços rurais a melhoria das acessibilidades proporcionou um aumento das mobilidades entre campo e cidade que foram estruturantes na sua mudança, quer em termos de relações de interdependência que se foram estabelecendo pela via de trocas comerciais, quer em termos de contacto mais constante que se foi estabelecendo das populações rurais com os meios urbanos. Tais relações tiveram um impacto determinante no percurso que os espaços rurais têm vindo a apresentar.

O êxodo dos espaços rurais foi uma das consequências desse maior contacto que se foi estabelecendo com outros espaços predominantemente urbanos. Numa primeira fase bastante mais visível em percursos de emigração, mais tarde para as grandes cidades do país. Cachopo não foi excepção a esta tendência. A especificidade do contexto regional marcou e ainda marca os percursos daqueles que não resistiram à permanência na aldeia. Muitos foram aqueles que foram procurando o litoral algarvio como espaço de oportunidades não vislumbradas nos espaços de origem. Ainda hoje essa tendência é visível e para os jovens de Cachopo o anseio pela conquista dessas oportunidades é uma clara evidência.

As mobilidades residenciais acabam, no entanto, por se traduzir na consequência do conjunto de transformações que vão ocorrendo nestes espaços. Por um lado, verifica-se o que Voyé e Remi (1994) assinalam que é a tendência de um maior contacto com os meios urbanos, visível pelos movimentos pendulares, que se traduzem nos movimentos quotidianos de ida e retorno à residência. Tal contacto inicia-se com o percurso educativo e continua com a inserção no mercado de trabalho. Se o acesso ao 1º ciclo do ensino básico ainda vai sendo assegurado localmente, o mesmo não se pode dizer com o ensino básico mediatizado (2º ciclo) que terminou recentemente.

Assim, a partir dos 10/11 anos todos os jovens têm de se deslocar para fora – na sua grande maioria, para o centro de Tavira^{vii} – para poderem dar continuidade aos seus estudos. É a partir de muito cedo que o contacto com a vivência urbana se dá. Essa passa a ser a sua referência quotidiana, na medida em que a maioria dos jovens passa a

^{vii} É curioso verificar que, apesar de existir uma escola de 2º ciclo a 16 kms de distância – em Martim Longo (concelho de Alcoutim) – a opção para acesso a este ciclo de ensino é Tavira, que dista a cerca de 40 kms.

maior parte do dia fora de casa^{viii}.

As acessibilidades e condições dessas acessibilidades são igualmente essenciais na análise das causalidades do abandono da freguesia por parte dos jovens. Um elemento central respeita aos meios de deslocação que utilizam no quotidiano – nas suas deslocações casa-trabalho/ estudo ou outro tipo de deslocações. Um resultado interessante é revelado pelo estudo – a maioria dos jovens desloca-se através de viatura própria (a maioria através de carro, mas outros de mota). Esta autonomia nos meios de deslocação torna-se, então, elemento central no abandono efectivado ou perspectivado. Curiosamente, no estudo de Machado et al (1998: 24), já se evidenciava igualmente esta modalidade de autonomização dos jovens como forma de garantir os seus movimentos pendulares frequentes:

“(…) a sua vida se organiza justamente na pendularidade diária e semanal entre os dois espaços, não só por razões profissionais e escolares, mas também nos tempos de lazer, em que se deslocam para o litoral para, por exemplo, frequentarem discotecas ou irem ao cinema. (...) essa pendularidade tem sido facilitada pela melhoria gradual dos acessos (...) e pela posse generalizada de meios de transporte próprios.”

A procura de autonomização nas deslocações justificar-se-á pelo desânimo face à dependência de meios de transporte que pouco se coadunam com as necessidades de deslocação. Esta é a razão pela qual verificamos uma percentagem significativa de jovens a deterem viatura própria para deslocação para fora da aldeia.

Verificou-se que os jovens de Cachopo têm o seu quotidiano marcado por essas mobilidades espaciais. Desde a escola, às idas às discotecas, tudo passa por uma volta à cidade. Mais tarde, os seus percursos são em sentido contrário. Quando se efectiva o abandono os jovens regressam «às origens» como se de um «pouso seguro» se tratasse.

4.5. Representações sobre o desenvolvimento – A procura do modelo da modernização

Fruto dessas mobilidades crescentes, os jovens constroem as suas identidades a partir da multiplicidade dos processos de socialização por que passam. O «tradicional» e o «rural» travam então uma luta inglória com o «moderno» e o «urbano». E trata-se de uma luta inglória porque os jovens tomam, na sua maioria, este último como modelo de referência – é esse que responde aos «riscos» por que querem passar, aos consumos que querem efectivar, às profissões que anseiam ter, etc. Não dando o seu território resposta às suas vontades, então os jovens procuram «outras paragens».

No território predomina um modelo de desenvolvimento que não coincide com o modelo expectável pelos jovens. As mudanças que se estão a registar neste espaço rural são, em muito, justificadas por essa conflitualidade de modelos de desenvolvimento.

Os jovens querem ser livres para abandonar o território, à semelhança do que os seus amigos mais velhos fizeram, deixando à «mercê» dos «outros» a resolução dos problemas locais. Quando se pergunta o que acham que deveria ser feito para melhorar a situação da freguesia, a solução passa, na maior parte das vezes, por uma maior atenção

^{viii} Esta era uma tendência já evidenciada no estudo de Machado *et al* (1998: 7): “*Frequentar a escola aí significa, quase sempre, deslocações diárias longas e demoradas, com saídas muito cedo de casa e regresso tardio.*”

pública ao território. Quando se pergunta sobre as debilidades da freguesia, a «culpa» é, na maior parte das vezes, centrada na incúria dos outros, por vezes personificados na figura do Presidente da Junta de Freguesia, outras deixando em aberto o campo das responsabilidades. Vejam-se alguns dos problemas identificados pelos jovens que exemplificam a necessidade de uma actuação pública sobre o território: falta de habitação para os jovens; rede de transportes escassa e condições débeis dos meios de transporte públicos existentes; estradas em mau estado de conservação, em particular no que respeita ao acesso aos montes; falta de postos de trabalho que não permitem a fixação dos jovens; débeis acessos ao sistema de saúde; desadequação da intervenção da Junta de Freguesia às necessidades da população; falta de água, mais sentida nos montes e durante a época de Verão; existência de poucas actividades de tempos livres para os jovens, etc. Em tom de desabafo alguns jovens deixam, no entanto, escapar a sua quota parte de responsabilidade no rumo que a freguesia está a tomar:

“Não puxam pelos jovens, mas também não são nenhuns santinhos.” (E25)

“Nós é que somos culpados de Cachopo estar assim, nós é que deixamos morrer as coisas.” (E50)

“O que é que serve termos um campo de futebol se não há jovens para jogar, o que serve termos além uma piscina (...) se não há jovens para a usar? (...) [quanto a novas infra-estruturas desportivas] não vale a pena porque os jovens não participam.” (E59)

“Mesmo se existisse mais emprego os jovens acabavam por partir para a cidade.” (E63)

O que se verifica é que o contexto local deixou de seduzir a grande parte dos jovens que ainda aí permanecem. Da mesma forma que Portela (2003; 2005) ouvia os jovens de Santa Marta de Penaguião dizer «nas vinhas não há futuro para ninguém», o mesmo desalento face ao território é verificado no discurso dos jovens de Cachopo. Estas são algumas das expressões comumente utilizadas para se referirem à freguesia: «aqui não há nada»; «aqui não há nada para fazer»; «a freguesia é um problema»; «aqui está fora de questão»; «aqui não invisto o meu dinheirinho»; «isto aqui é muito difícil». As condições do trabalho associadas à actividade agrícola explicam^{ix}, em muito, as suas expectativas profissionais – a procura de um trabalho que escape a essa actividade ou a estabilidade no emprego são apenas alguns dos exemplos. Uma das jovens chegava mesmo a culpabilizar os pais pelo mau investimento na construção de uma casa em Cachopo: “acho que foi um bocado dinheiro mal gasto. Se tem sido noutra sítio teria sido muito melhor. (...) Para quem não quer ficar cá, ser obrigado a morar cá é um bocado... atrapalha mesmo. Se tivessem construído casa ao pé de uma cidade não tinha de fazer este esforço todo para estudar.” (E14). Assim, a saída de Cachopo vai sendo alimentada de expectativas de se poder ter uma «vida melhor» ou uma «vida mais agitada», que não conseguem vislumbrar localmente.

“(…) se do campo não se tira futuro nenhum, se no agro não há futuro para ninguém, é

^{ix} Referindo-se às más condições associadas ao exercício da actividade agrícola, um dos jovens referia: “no campo, apanho chuva, apanho vento.” (E10).

forçoso concluir que, qualquer afastamento desse meio, por diminuto que seja, traduz uma subida dos degraus da escadaria social. Livrar-se das terras, largar a fazenda, desenrascar um trabalho, ou ganhar a vida mais regalada em qualquer lado, mesmo que o salário seja ainda baixo, representa uma ajuda, talvez só uma ajudinha, no combate às assimetrias sociais.” (Portela, 2005: 216).

Este pessimismo sobre as condições de desenvolvimento local é a tradução evidente de uma visão narcisista urbana sobre o território: “espelho meu, espelho meu, faz Cachopo ser como eu!”. “Só se isto desenvolvesse muito” (E17) ou “Cachopo não tem nada de bom, não é como o litoral” (E44) são apenas alguns exemplos de como os jovens transportam consigo uma visão sobre o desenvolvimento local muito diferente daquele que aí é preconizado. Tal é fruto das mudanças identitárias em curso, marcadas por uma multiplicidade de referências na sua estruturação, identificadas anteriormente. Dos jovens emana, algumas vezes, o discurso da modernização pela transposição do modelo urbano – o desenvolvido, o moderno – no modelo rural – o periférico, o tradicional. Estas são algumas das propostas lançadas pelos jovens e que mostram a sua referência urbana na reflexão sobre o modelo de desenvolvimento para Cachopo: criar um Centro Comercial; abrir uma livraria ou papelaria; criar indústria; criar uma clínica privada; construir um Hospital; construir uma piscina para a prática de natação; criar um bar e/ou uma discoteca; criar um cinema; construção de um pavilhão polidesportivo; criar um Cyber Café; criar um serviço de aluguer de DVD’s, etc. A comparação com o urbano é, no entanto, uma das características apontadas por Voyé e Rémi relativamente ao rural em vias de urbanização:

“(…) só dificilmente as pessoas poderão abster-se de comparar o modo e o nível de vida que têm aos da cidade; são estes que servem de ponto de referência, de argumentos de reivindicação e de negociação: as mesmas vantagens, os mesmos equipamentos, as mesmas condições e modos de utilização; trata-se de tender para uma homogeneização da vida na cidade e no campo, e isso, nomeadamente para os agricultores. Reivindicações deste tipo podem, aliás, levar a outra mudança significativa no meio rural. Com efeito, nesta busca de homogeneidade e de igualdade, as aldeias sentem-se muitas vezes todas em atraso em relação à cidade.” (1994: 155).

4.6. Experiências positivas nas mobilidades residenciais servem de modelo para os projectos de vida dos mais jovens

Um elemento central a sublinhar no quadro das estratégias de abandono é a tendência para a reprodução dessas práticas dentro do mesmo grupo social. Ou seja, os jovens de Cachopo tendem a reproduzir as práticas de abandono preconizadas por outros jovens. A experimentação positiva da vida fora da freguesia, por parte dos que já saíram, vai alimentando o campo das expectativas dos jovens que ainda aí permanecem.

“Os mais novos tomam como exemplo o que os mais velhos fazem e quando chega a altura vão-se embora.” (E2)

“Os mais jovens não ficam aqui.” (E29)

“(...) daqui a uns anos já não há cá ninguém, os jovens vão-se todos embora” (E49)

“(...) é um ciclo e vão todos embora.” (E54)

Aqueles que já abandonaram ou que perspectivam o abandono ponderam sempre, no entanto, o regresso à aldeia aos fins-de-semana e férias. Também aqui se denota uma reprodução das práticas dos jovens que já abandonaram a freguesia, por parte daqueles que projectam esse abandono.

“(...) mesmo que não vivesse cá, todos os fins-de-semana vinha cá, tenho cá a minha família.” (E4)

“Onde é que eu iria trabalhar aqui? Só no Lar. Não vejo outra coisa para trabalhar ou para fazer aquilo que gosto... ao fim-de-semana sempre cá. (...) Agora morar, não!” (E20)

“Casa ali só para férias e para descansar do trabalho e mais nada, porque aqui não há nada para a gente fazer.” (E49)

Tais projecções e tais práticas de regresso frequente à aldeia são possíveis pelas mobilidades residenciais de proximidade que se registam entre os jovens. Torna-se então importante analisar as características destas mobilidades residenciais, quer as efectivadas quer as perspectivadas. Para aqueles que já abandonaram a freguesia conclui-se que as mobilidades residenciais são regionais e muito próximas do local de origem. Com excepção dos dois jovens que na altura da inquirição se encontravam fora da região^x, todos os restantes estão em concelhos que não distam mais de 80 km de Cachopo.

Para os jovens que já abandonaram a freguesia, os concelhos mais escolhidos para residir são: Faro (9 jovens), Loulé (7) e Tavira (6). O litoral e as cidades, em particular, continuam a ser atractivos em várias vertentes: quer como pólo habitacional, qualificacional, de dinamização sócio-cultural e de inserção profissional. A grande maioria escolhe para viver os concelhos limítrofes a Cachopo, talvez porque assim conseguirão facilmente manter contacto com os seus familiares. O tipo de opção residencial permite-lhes regressar regularmente ao lugar de origem, razão pela qual se encontra este grupo de jovens denominado de residentes de fins-de-semana. Para aqueles que equacionam o abandono da freguesia, a opção residencial futura reproduz as actuais opções residenciais daqueles que já partiram – as opções mais assinaladas recaem para Tavira e Faro, se bem que o façam sem grandes certezas e, nalguns casos, a referência é feita ao querer ir viver para “grandes cidades”.

5. CONCLUSÃO

De quem é, afinal, o problema da desertificação humana dos espaços rurais e de interior, de que tanto se fala? E porque é que a desertificação pode ser entendida como um problema? Para os locais é o sentimento de perda que se vai sentindo e a identidade local que pode ser percebida como ameaçada. Mas qualquer um desses locais percebe e incentiva o abandono que se foi verificando nos jovens de Cachopo. Qual a legitimidade para fixar os jovens naquele e em qualquer território em situação de

^x Uma jovem encontrava-se a estudar em Portalegre e o outro a cumprir o Serviço Militar Obrigatório.

depressão? Se falamos em coesão social e na manutenção das condições de equidade social não estamos a promovê-la quando possibilitamos uma integração dos jovens nos espaços urbanos? Por outra, ao garantirmos que qualquer cidadão pode mover-se livremente no seu país ou para fora desse e ser livre nas opções de escolha residencial, afectiva, profissional, não estamos a contribuir para uma sociedade mais coesa?

A desertificação visível nos espaços rurais de interior é claramente um problema de ordenamento do território, de garantia de uma ocupação equilibrada do espaço, de sustentabilidade e subsistência dos meios urbanos. Vai sendo, por isso, um problema dos políticos, dos teóricos e de todos aqueles que teimam em que esse mundo rural não desvaneça. É, muitas vezes, um problema daqueles que não são rurais, e que, por vezes, também vão mantendo uma visão conservadora sobre esses mesmos espaços^{xi}.

O paradoxo que se identifica é que a equidade social não tem necessariamente correspondente na equidade territorial e para garantirmos a primeira poderemos eventualmente comprometer a segunda.

O argumento utilizado na defesa dos espaços rurais centra-se, geralmente, na disparidade existente na distribuição dos equipamentos e serviços, que coloca estes espaços numa posição periférica face aos meios urbanos. Na sequência desta ideia, não raramente se foi postulando a sua emancipação endógena. Mas não se podem defender funcionalidades e papéis aos espaços rurais que estes não têm capacidades de assumir. Ou seja, as suas funções têm de estar a par com os seus recursos e com as suas características demográficas. Por outro lado, alguns investimentos públicos, quando desproporcionados face às dinâmicas territoriais existentes, podem traduzir-se em desperdício de recursos.

Difícilmente os investimentos em equipamentos e serviços públicos mudarão as tendências em curso nestes territórios deprimidos. Por isso, aqui se argumenta que a perda de população pode equivaler a maiores disparidades em termos territoriais. Ou seja, havendo menos pessoas num dado território então justificar-se-á um menor investimento público. Tal não pode, no entanto, ser visto de modo linear. Isto porque se se pensar numa estratégia regional, alguns investimentos podem ser criados numa lógica de articulação inter-territorial. Esse é o exemplo da criação de parques de merendas ou de lazer, de revitalização do património construído e de investimento na qualificação da paisagem, de ordenamento do espaço florestal, etc.

Aqueles que abandonam estes espaços rurais garantem-se condições de vida que não seriam possíveis localmente. A partir do momento em que os «rurais» rumam para a cidade dão-se mudanças nos seus estilos de vida. Mudanças essas que são importantes em termos de melhoria das condições e da qualidade de vida, seja em termos de acesso a equipamentos e serviços, seja na realização profissional, ou mesmo ao nível da ocupação dos tempos livres, tão valorizado pelos jovens.

Mas a consideração de legitimidade nas racionalidades e práticas juvenis conducentes ao abandono não significa postular-se uma posição de fatalidade face ao futuro dos espaços rurais. Muito pelo contrário, o que se tem é de se reflectir tendo em consideração os factos que são apresentados. E é um facto que os jovens destes espaços

^{xi} Veja-se por exemplo a conflitualidade emergente entre jovens urbanos e rurais aquando da realização de um encontro de jovens da serra do Caldeirão. Os jovens urbanos tendiam a sobrevalorizar as características dos espaços rurais e a apelar a uma conservação daqueles espaços nas condições actuais de existência, quando os jovens rurais esforçavam-se por defender as mesmas condições de acesso a equipamentos e serviços existentes nos espaços urbanos.

sentem-se mais seduzidos pelos meios urbanos, e mais tarde ou mais cedo acabarão por efectivar um abandono.

Resultante de uma leitura aprofundada dos discursos dos jovens foi possível delimitar uma tipologia em função do futuro residencial projectado, a saber:

- *Resistentes convictos*

Jovens que apenas ponderam como futuro residencial Cachopo e que não ponderam qualquer tipo de condição para ficar ou sair da freguesia. Neste grupo apenas identificámos 8 jovens.

- *Resistentes cépticos*

Jovens que, actualmente, ponderam um futuro residencial em Cachopo mas não excluem outras possibilidades. Tratam-se de jovens que colocam, essencialmente, como condição de permanência na freguesia a existência de um emprego. Se tal não se vier a verificar, então sair de Cachopo será uma opção real. É o tipo com maior representação, perfazendo no total 44 jovens. No entanto, se uns vislumbram nesse futuro uma nostalgia do abandono, outros aguardarão ansiosos para que chegue o dia em que sairão da freguesia.

“Se tivesse aqui trabalho ficava, foi aqui que nasci” (E60)

“Para mim está tudo mal. De momento, nada me faria mudar e ficar a viver aqui.” (E19)

- *Não resistentes convictos*

Jovens que tendo saído da freguesia não ponderam regressar, representando, no conjunto dos jovens inquiridos 13,6%. Apontam a existência de um conjunto de condições no local de acolhimento de que não dispõem na freguesia. Um dos aspectos mais referenciados respeita à integração no mercado de trabalho. Mas as condições dos locais onde residem actualmente são igualmente referenciadas, como por exemplo, a existência de espaços comerciais em abundância, a existência de melhores condições para a educação dos filhos (actual ou futura), etc...

Não resistentes cépticos

Tratam-se de jovens que ‘carregam consigo’ alguma nostalgia do abandono. Embora não vislumbrem um regresso num futuro próximo para a freguesia, não colocam essa hipótese de parte. A condição para o regresso prende-se com o trabalho, mas também com o desenvolvimento da freguesia – tendo, principalmente, por referencial o tipo de actividades e de dinâmicas existentes no local de residência actual. Curiosamente, no conjunto dos não residentes, este é um grupo maioritário (18 jovens). Tal pode levar-nos à conclusão que os que estão ponderam mais um abandono, mas dos que saíram são mais aqueles que ponderam um regresso. Esta situação pode dever-se, a título hipotético, à experimentação do meio urbano que faz com que os jovens tendam a valorizar mais a vivência na aldeia de origem^{xii}. Essa descoberta por que os jovens residentes habituais procuram já foi passada pelos outros que já saíram. Nessa descoberta esses jovens terão igualmente encontrado mais facilmente o que a aldeia tem de “bom” para oferecer. Aqui ficam alguns exemplos da nostalgia vivida por este grupo de jovens:

“(…) ninguém me consegue tirar Cachopo” (E9)

^{xii} A este respeito, ver aprofundamento no capítulo seguinte.

“Daqui não quero sair. Se tivesse oportunidade gostaria de trabalhar em Cachopo porque é uma terra calma, pelo menos nos Currais.” (E56)

Situação residencial actual		Perspectiva uma residência de futuro em Cachopo	
		Sim	Não
Vive actualmente em Cachopo	Sim	RESISTENTES CONVICTOS Permanência efectivada e continuada 8 (9,9%)	RESISTENTES CÉPTICOS Abandono vislumbrado mas não efectivado 44 (54,3%)
	Não	NÃO RESISTENTES CÉPTICOS Abandono efectivado, mas possível regresso no futuro 18 (22,2%)	NÃO RESISTENTES CONVICTOS Abandono efectivado e permanente 11 (13,6%)

Tabela 1. Tipos de posições face a um futuro residencial em Cachopo

Estas conclusões contradizem alguns resultados de um estudo anterior feito sobre jovens da Serra no concelho de Loulé (Machado e tal, 1998). Nesse parecia evidenciar-se uma tendência de permanência dos jovens no local de origem, marcada pela sua vontade expressa em aí continuar. Conclusão similar foi retirada por Cristiana Bastos (1993) sobre a freguesia de Martim Longo (que faz fronteira com a de Cachopo), argumentando que a Serra sempre fora caracterizada por abandonos – com «regresso marcado» – de alguns elementos dos agregados familiares e que tais eram condição de sustentabilidade das famílias que aí permaneciam. Como diz o velho ditado popular «mudam-se os tempos, mudam-se as vontades». Em primeiro lugar, há uma grande distância entre o que o campo das projecções e o das práticas sociais. Por outro, a referência é feita a territórios que são diferentes, o que pode justificar estas disparidades. Tal como Portela (2003:16) assinala para os espaços rurais em geral, em Cachopo também “os jovens estão em ruptura, quiçá irreversível com a agricultura e o meio rural enquanto espaços de vida e de trabalho”.

É preciso ainda ter em consideração o processo de mudança rápida a que estes territórios têm estado sujeitos nos últimos anos.

“Portugal-Chão não é, evidentemente, um espaço de mansidão bovina e silêncio absoluto. O ritmo dos seus dias e ciclos, da vida e do trabalho repetido alimentam fugas inversas, rumo à cidade, muitas vezes a urbe europeia. Como lemos no texto reflexivo de C. Cavaco, «numa aldeia há só uma aldeia, mas numa cidade, cada pessoa cria o seu território, escolhe os seus lugares fortes e fracos, abstraindo-se do resto da cidade. Numa cidade há, pois, várias cidades»” (idem, ibidem: 19)

Finalmente, conclui-se que o trabalho e a família são, sem dúvida, os principais factores que influenciam um abandono ou permanência na freguesia. Apostar na criação de condições para que estes jovens se fixem no território não é garante da sua efectiva fixação.

Verificou-se que a maior parte dos jovens pretende abandonar o território. Muitas vezes não o admitem de forma directa, mas tal acabou por ficar evidente nos “entrevistos” dos seus discursos, na observação das suas práticas, na intervenção empreendida.

No entanto, não podemos deixar de referir que este como outros territórios são dotados de um campo vastíssimo de recursos e de oportunidades. Em termos futuros será tão válido traçar o «a caminho do fim» como um «contínuo recomeço» (Fragoso *et al*: 2004).

REFERÊNCIAS

- Baptista, F. O. (2003): Um rural sem Território, In Portela, J. & Caldas, J. C. (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, 47-66.
- Bastos, C. (1993): Os Montes do Nordeste Algarvio, Coleção: Portugal e o Mundo Português, Lisboa, Edições Cosmos.
- Fragoso, A. & Lúcio-Villegas, E. (2004), The Continuous Restart: a case study on young adults of societies in fast transition, In Clover, D. E. (ed.), *Adult Education for Democracy, Social Justice, and a Culture of Peace*, Victoria, Faculty of Education – University of Victoria, pp. 160-165.
- Healy, T. (1998): Investir dans le capital humain In *L’Observateur de L’OCDE*, nº 212.
- Machado, F. L. & Cheta, R. (1998): *Situação social e perspectivas profissionais dos jovens do interior do concelho de Loulé*, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- Pais, J. M. (2003): *Ganchos, Tachos e Biscates*, 2ª edição, Porto, Âmbar.
- Pais, J. M. (2005): *Alguns dados para uma reflexão sobre os Jovens Portugueses*, comunicação apresentada no Encontro de Jovens da Serra do Caldeirão, São Brás de Alportel, documento policopiado.
- Portela, J. & Gerry, C. (2003): Dreams, pragmatism and employment outcomes among Portuguese rural youth: 6 paradoxes”, In Dax, T. & Machold, I. (orgs.), *Voices of Rural Youth*, 122-157.
- Pedroso, P.(1998): *Formação e Desenvolvimento Rural*, Oeiras, Celta.
- Portela, J. (2003): Portugal-Chão: que futuro futurível, In Portela, J. & Caldas, J. C. (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, 3-33.
- Portela, J. (2005): Sonhos de pais e filhos, escola e assimetrias sociais. Reflexão em torno de Portugal rural, In Silva, M. C.; Marques, A. P. & Cabecinhas, R. (orgs.), *Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais – Perspectivas teóricas e estudos de caso*, Braga, Núcleo de Estudos em Sociologia/ Universidade do Minho e Inovação à Leitura, 195-248.
- Remy, J. & Voyé, L. (1994): *A cidade : rumo a uma nova definição*, 3ª edição, Porto, Edições Afrontamento.